

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

Por condição de sua idade, uma pessoa com 13 anos de idade completos, é considerada, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Menor de Idade
- b) Adolescente
- c) Pré-Adolescente
- d) Criança
- e) Infanto-Juvenil

QUESTÃO 02

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade compreende, dentre outras,

- a) apoio às famílias carentes na educação de seus filhos.
- b) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- c) garantia de ajuda financeira às famílias em situação de pobreza.
- d) acesso gratuito nos transportes públicos.
- e) distribuição gratuita de ingressos para cinema e teatro.

QUESTÃO 03

O Conselheiro Tutelar Sul de São José dos Campos recebeu denúncia de que uma criança está com seus direitos violados. Diante do exposto, o Conselheiro Tutelar fez a requisição de serviço público na área da saúde pedindo providências. Esgotados todos os prazos solicitados pelo Conselho Tutelar e não havendo resposta de tal determinação, o Conselheiro Tutelar representou o caso junto ao/à:

- a) Prefeito Municipal.
- b) Câmara Municipal.
- c) Juiz da Vara da Infância e Juventude.
- d) Secretaria de Desenvolvimento Social.
- e) Diretoria Regional de Saúde.

QUESTÃO 04

Não deve ser permitida a venda à criança ou ao adolescente, EXCETO:

- a) Armas, munições e explosivos.
- b) Bebidas alcoólicas e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- c) Material impresso de conteúdo pornográfico.
- d) Doces e guloseimas sem a presença de um responsável.
- e) Bilhetes lotéricos e equivalentes.

QUESTÃO 05

Considerando a atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente, e portanto, sua redação atual, considere a alternativa que preenche corretamente e na ordem, as lacunas do artigo abaixo:

"Art. 155. O procedimento para a perda ou a suspensão do _____ terá início por provocação do _____ ou de quem tenha _____".

- a) Poder Familiar – Ministério Público – interesse casual;
- b) Pátrio Poder – Conselho Tutelar – legítimo interesse;
- c) Poder Familiar – Ministério Público – legítimo interesse;
- d) Poder Familiar – Conselho Tutelar – interesse casual;
- e) Pátrio Poder – Ministério Público – qualquer interesse.

QUESTÃO 06

Em São José dos Campos, um adolescente foi apreendido por ato infracional. Apresentado a autoridade judiciária, foi determinado de imediato o cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade (internação). Considerando que ainda não há sentença definitiva, este adolescente poderá permanecer internado neste regime, por no máximo:

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 45 dias.
- d) 90 dias.
- e) 60 dias.

QUESTÃO 07

Ricardo, 44 anos, morador em São Francisco Xavier, é separado, reside sozinho em moradia própria e trabalha como autônomo, com venda de artesanato. Após um acidente trágico envolvendo sua família, que culminou na morte de seu filho e sua nora, Ricardo entrou com o pedido de adoção de seu neto, Matheus, de apenas 5 anos, que ficou órfão diante da tragédia. Porém, a solicitação de Ricardo, nesta situação não foi aceita. Qual o motivo que levou a negativa deste pedido?

- a) Ricardo não possui a diferença mínima de idade entre adotando e adotado.
- b) Ricardo possui um nível ascendente de parentesco com Matheus, neste caso, sendo avô da criança.
- c) Ricardo é separado.
- d) Ricardo não tem um emprego fixo.
- e) Ricardo mora sozinho.

QUESTÃO 08

Juliana, 02 anos; Jéssica, 06 anos, e; Jonathan, 14 anos, são irmãos. Os três foram afastados do convívio familiar e inseridos em regime de acolhimento institucional. Pelo disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a permanência deles neste regime não deverá se prolongar por mais de:

- a) 02 (dois) anos para todos;
- b) 04 (quatro) anos para todos;
- c) 04 (quatro) anos para Jonathan, e 08 (oito) anos para Juliana e Jéssica;
- d) 03 (três) anos para todos;
- e) 05 (cinco) anos para Juliana e Jéssica; e 04 (quatro) anos para Jonathan, considerando que fará 18 anos.

QUESTÃO 09

Um adolescente só poderá se hospedar em hotel, motel, pensão, ou estabelecimento congênere, se:

- a) Autorizado pelo CMDCA;
- b) Autorizado pela Comarca Infantil;
- c) Autorizado pelo gerente ou dono do estabelecimento;
- d) Autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável;
- e) Autorizado pelo Conselho Tutelar do Município.

QUESTÃO 10

Renato, 16 anos, é filho adotivo de Celso e Maria, falecidos recentemente, em decorrência de um trágico acidente de trânsito. O casal teve também dois filhos biológicos, Juliana, atualmente com 19 anos e Marcelo com a idade de 12 anos. Por ocasião do acidente fatal, é aberta a sucessão, para transmissão da herança. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Renato fará parte da divisão igualitária da herança, fazendo jus a mesma parte de Juliana e Marcelo.
- b) Juliana e Marcelo têm preferência na ordem de sucessão hereditária, deixando para Renato a porcentagem que desejarem.
- c) Renato, por ser filho adotivo, não ganha a qualidade de herdeiro legítimo.
- d) Renato receberá uma parte da herança, mas com o falecimento de seus pais adotivos, deverá voltar para o sistema de acolhimento institucional.

e) Juliana e Marcelo recebem 80% da partilha e Renato somente 20%.

QUESTÃO 11

Luiz é um adolescente que está perambulando pelas ruas de São José dos Campos há alguns dias. Já foi visto dormindo ao relento em locais públicos, como praças e sob marquises de lojas centrais. Também foi visto revirando cestos de lixo, ou ainda, pedindo alimentos em frente a estabelecimentos comerciais. Certa tarde, o adolescente foi recolhido das ruas, por uma autoridade policial e encaminhado ao Juizado da Infância e da Juventude, pois, apesar de penalmente inimputável, está sujeito às medidas previstas no ECA. Após rápida pesquisa referente ao adolescente em questão, descobriu-se que seus pais residem na Zona Rural do município. Esse adolescente, após a apreciação da autoridade competente:

- Será advertido, pois sua condição de andarilho é considerada ato infracional.
- Deverá ser encaminhado para internação em estabelecimento educacional para ressocialização.
- Deverá ser inserido em medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, para reparação de danos.
- Sufrerá penalidade de liberdade assistida para que seja acompanhada sua conduta pelo Conselho Tutelar.
- Deverá ser encaminhado aos pais ou responsáveis, já que sua condição não constitui ato infracional.

QUESTÃO 12

Solange, Everton, Luzia, Sônia e Flávio, em comum trabalham em Organizações da Sociedade Civil de um mesmo município. Juntos, também, representam a Sociedade Civil organizada na Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente em importante órgão municipal, onde suas funções são consideradas de interesse público relevante e não remunerada. De acordo com o artigo 89 do ECA, com relação aos personagens acima, estamos nos referindo a:

- Conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares;
- Conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente;
- Conselheiros tutelares e integrantes dos serviços vinculados às Varas da Infância e da Adolescência;
- Conselheiros nacionais dos direitos da criança e do adolescente e voluntários em geral, dedicados à infância e adolescência.
- Conselheiros Tutelares voluntários.

QUESTÃO 13

Ana Maria é Diretora da principal Escola Estadual do município. Conforme o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, caberá a Ana Maria, como dirigente de estabelecimento de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar:

- Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, não havendo necessidade de esgotar os recursos escolares.
- Queixa dos professores sobre o mal comportamento dos alunos.
- Elevados níveis de repetência.
- Ausência de transporte escolar;
- Alunos com baixa média nas notas bimestrais.

QUESTÃO 14

Em relação a adolescentes, é atribuição de o Conselho Tutelar aplicar:

- Medida Socioeducativa em Meio Aberto;
- Medidas de Proteção;

- Medidas de Internação;
- Medidas de colocação em família substituta;
- Medidas Punitivas;

QUESTÃO 15

José é casado e pai de dois filhos: Ricardo de 12 anos e Luana com 4 anos de idade. No mês passado, José foi condenado a 2 anos de reclusão em regime fechado, pela prática de tráfico de drogas. Diante do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale V para cada afirmação Verdadeira e F para cada afirmação Falsa.

- José terá destituída sua situação de poder familiar temporariamente, em relação aos filhos, enquanto durar sua pena. ()
- José poderá receber visitas periódicas de seus filhos, promovidas pela responsável legal por eles, neste caso a mãe. ()
- José poderá receber visita periódica de Ricardo, por ser adolescente, promovida pela sua responsável, neste caso a mãe, e de Luana, por se tratar de uma criança, apenas com autorização Judicial. ()
- José só terá decretada a perda do poder familiar, se recluso e condenado por crime doloso contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. ()

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

- V – F – F – V
- V – V – V – F
- F – V – F – V
- F – F – V – V
- F – V – F – F

QUESTÃO 16

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em seu capítulo II, trata “Do direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”. Com relação ao Artigo 18-A, parágrafo único, item I, é correto afirmar:

- Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: sofrimento físico e lesão;
- Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: sofrimento psicológico e hematomas;
- Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: constrangimento e fraturas;
- Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: sequelas psicológicas e físicas;
- Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: humilhação e constrangimento.

QUESTÃO 17

Aos que forem eleitos para um mandato de 04 anos na função de Conselheiros(as) Tutelares em São José dos Campos, respeitando o artigo 56 da Lei Municipal nº 6428/2003, a partir da data em que forem empossados, os novos conselheiros deverão:

- a) Cumprir jornada de trabalho de 20 horas semanais no Conselho Tutelar e 20 horas semanais de plantão a distância, totalizando 40 horas semanais.
- b) Ter dedicação exclusiva, vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.
- c) Ter dedicação exclusiva durante as 40 horas semanais exigidas para o trabalho, sendo liberados para outras funções nos períodos noturnos e finais de semana.
- d) Ter dedicação parcial, devendo comparecer a sede do conselho imediatamente quando chamado.
- e) Ter dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública, porém poderá exercer atividade na iniciativa privada.

QUESTÃO 18

Entre as atribuições do Conselho Tutelar está a contida no item II do artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII”.

Assinale, abaixo, a alternativa que NÃO apresenta corretamente uma destas medidas:

- a) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- b) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- c) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- d) Obrigação de apresentar vínculo trabalhista, com registro em CLT, em prazo máximo de 120 dias.
- e) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

QUESTÃO 19

Gabriela tem 16 anos, é gestante e está inserida no Sistema de Acolhimento Institucional em seu município. Após o nascimento da criança, é correto afirmar:

- a) Será garantida a convivência integral da criança com Gabriela, enquanto ela estiver inserida no Sistema de Acolhimento Institucional.
- b) Será garantida a convivência integral da criança com Gabriela enquanto estiver em fase de amamentação.
- c) Será garantida a convivência da criança com Gabriela apenas aos finais de semana.
- d) Será garantida a convivência da criança com Gabriela, apenas após a saída da adolescente do Sistema de Acolhimento Institucional.
- e) Será garantida a convivência da criança com Gabriela somente sob a supervisão, em tempo integral, de um profissional de psicologia.

QUESTÃO 20

Em relação às gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, é correto afirmar:

- a) Serão obrigatoriamente encaminhadas a Delegacia Especialidade da Mulher;
- b) Serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude, mediante elaboração de Boletim de Ocorrência sobre abandono de incapaz
- c) Serão conduzidas espontaneamente a Promotoria da Mulher.
- d) Serão conduzidas espontaneamente a Delegacia de Proteção a Criança
- e) Serão obrigatoriamente conduzidas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

QUESTÃO 21

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/1990:

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar

de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

- I - Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II - Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III - Encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- IV - Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- V - Advertência.

O texto correto que se refere ao Parágrafo Único do artigo acima é:

- a) As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, com autorização do Juizado da Infância.
- b) As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, com autorização do Ministério Público.
- c) As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Sistema Judiciário, com acompanhamento pelo Conselho Tutelar.
- d) As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.
- e) As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, após audiência das partes com o Juiz da Infância.

QUESTÃO 22

Leia as alternativas e assinale a que contém a informação FALSA:

- a) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização para viagem de criança e adolescente, menor de 16 anos, válida por dois anos.
- b) A autorização para viagem não será exigida quando a criança ou adolescente, menor de 16 anos, estiver acompanhado de ascendente ou colateral, maior até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- c) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- d) A autorização para viagem não será exigida quando a criança ou adolescente, menor de 16 anos, estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- e) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização do Conselho Tutelar local.

QUESTÃO 23

Jorge possui no município um estabelecimento comercial, onde dispõe de atividades de diversão, como: mesas para jogos de sinuca, bilhar, carteados, entre outros, além da excessiva venda de bebidas alcoólicas. Às segundas, quartas e sextas, Juliana de 13 anos, filha de Jorge, ao regressar da escola às 19

horas, permanece no estabelecimento, em funcionamento, junto com o pai até o regresso da mãe, às 23 horas, e daí segue para casa. De acordo com o que alude o artigo 80 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o procedimento correto de Jorge, como responsável pelo estabelecimento, deve ser:

- Deve permitir a presença da filha, desde que ela não assuma tarefa ou serviço de atendimento, pois irá caracterizar trabalho infantil.
- Juliana pode frequentar livremente o local, pois já é adolescente.
- Juliana poderá ficar no local até às 22 horas. Neste caso, deverá ser combinado com a mãe para que regresse do trabalho mais cedo.
- Não permitir a presença de Juliana no estabelecimento, pois o Estatuto veda, expressamente, a entrada e permanência de crianças e adolescentes, em ambientes com oferta de jogos.
- Juliana pode ficar livremente no local, já que seu pai é dono do estabelecimento.

QUESTÃO 24

A lei Federal 12.594/2012 que institui o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, tem como objetivo:

- Regulamentar a execução das medidas destinadas a criança e adolescente que pratiquem ato infracional.
- Regulamentar a execução das medidas destinadas a pais ou responsável por adolescente que pratique ato infracional.
- Regulamentar e executar medidas destinadas a crianças e adolescente que pratique crimes em geral.
- Regulamentar a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
- Regulamentar a execução das medidas destinadas somente a pessoas entre 18 e 21 anos que pratique ato infracional.

QUESTÃO 25

Segundo o disposto na Lei Federal 12.594/2012 – SINASE,

- Deverá incluir um diagnóstico da situação do Sinase, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 05 (cinco) anos seguintes;
- Deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados no ECA
- Os Poderes Legislativos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, por meio de suas comissões temáticas pertinentes, acompanharão a execução dos Planos de Atendimento Socioeducativo dos respectivos entes federados
- Deverão ser submetidos à deliberação do poder legislativo, por iniciativa do poder executivo.

É correto afirmar o contido em:

- I e II apenas
- II e III apenas
- III e IV apenas
- I e IV apenas
- I, II e III apenas

QUESTÃO 26

Lei Federal 12.594/2012 – SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo:

Art. 42 - As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada _____, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo

máximo de 10 (dez) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o _____ e seus pais ou responsável.

Assinale a alternativa que complete correta e ordenadamente as lacunas:

- 3 (três) meses – adolescente
- 6 (seis) meses – Conselho Tutelar
- 6 (seis) meses – adolescente
- 4 (quatro) meses – Conselho Tutelar
- 45 (quarenta e cinco) dias – adolescente

QUESTÃO 27

Um adolescente encaminhado para o cumprimento de Medidas Socioeducativas, dependerá da elaboração de seu Plano Individual de Atendimento – PIA. Este importante instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente deverá ser elaborado:

- Pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com participação efetiva do adolescente e sua família.
- Pelo Conselho Tutelar em conjunto com a Equipe Técnica do Sistema Judiciário com participação efetiva do adolescente e sua família.
- Pela Equipe Técnica do respectivo programa de atendimento com a participação efetiva do adolescente e sua família.
- Pela Equipe Técnica do respectivo programa de atendimento com a participação apenas da família do adolescente, juntamente com o Ministério Público.
- Pela Equipe Técnica do respectivo programa de atendimento, com participação efetiva Conselho Tutelar e o adolescente.

QUESTÃO 28

Toda medida de proteção que indique o afastamento da criança e do adolescente de seu contexto familiar, podendo ocasionar suspensão temporária ou ruptura dos vínculos atuais, deve ser uma medida rara, excepcional. De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, é correto afirmar:

- O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar deverá ser efetuado imediatamente caso sejam observadas reiteradas faltas injustificadas escolares e baixo rendimento.
- Constatada agressão entre membros da família, deverá ser providenciado imediatamente o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar.
- Efetivado o afastamento do convívio familiar, será imediatamente providenciado a inclusão da criança ou adolescente, no Sistema Nacional de Adoção, com o objetivo de agilizar o processo.
- A separação dos pais constitui motivo suficiente para o afastamento da criança ou adolescente da família de origem, até que se defina judicialmente com quem ficará a guarda do(a) filho(a).
- Apenas em casos onde a situação de risco e de desproteção afeta a integridade do desenvolvimento da criança e do adolescente é que se deve pensar no seu afastamento da família de origem.

QUESTÃO 29

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária informa importantes intervenções do Conselho Tutelar em diversas situações e aos mais variados atendimentos relacionados à criança e ao adolescente. Abaixo, assinale a opção que, de acordo com o texto do referido plano, não se aplica a atuação do Conselho Tutelar:

- O Conselho Tutelar deverá estar em constante articulação com a Vara da Infância e Juventude, com os Programas de Acolhimento Institucional e de Famílias Acolhedoras, para maior adequação e agilidade no acompanhamento e no encaminhamento dos casos;
- O Conselho Tutelar deve contar com boa estrutura logística, com a capacitação de seus profissionais para o exercício da função, respaldo do Poder Executivo local e articular-se com toda a rede de serviços local e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos;
- O Poder Judiciário desempenhando suas prerrogativas legais, aplicando as medidas legais de proteção; contando com equipe técnica interdisciplinar própria, eficientemente articulada com todos os atores sociais da região, monitorando a aplicação das medidas legais deliberadas em Juízo; em estreita articulação com o Conselho Tutelar, o Poder Executivo e a sociedade civil organizada, promovendo a proteção das crianças e adolescentes e prestando atendimento efetivo a suas famílias;
- Ampliar a responsabilidade legal dos dirigentes de educação básica e de saúde quanto à comunicação ao Conselho Tutelar nos casos de maus-tratos e violação de direitos das crianças e adolescentes da rede educacional e nos serviços de saúde;
- O Sistema de Segurança Municipal poderá, a qualquer tempo, requisitar a presença do Conselho Tutelar para atendimentos que envolvam crianças e adolescentes, especialmente nos casos de ato infracional, para que seja promovida imediatamente a busca ativa de seus familiares, ou retorno da criança ou o adolescente infrator(a) à sua família.

QUESTÃO 30

Sobre o Programa “Famílias Acolhedoras”, será INCORRETO afirmar:

- Caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva.
- Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar.
- As famílias acolhedoras estão vinculadas a um Programa, que as seleciona, prepara e acompanha para o acolhimento de crianças ou adolescentes indicados pelo Programa, onde após a permanência pelo período de 02 (dois) anos, a Família Acolhedora passa para o estágio de Família Adotante, estando apta a adotar a criança ou adolescente sob seus cuidados.
- Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente - reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção.
- É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito.

QUESTÃO 31

De acordo com o Plano Nacional, para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária é fundamental:

- Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do apoio técnico e/ou financeiro dos órgãos do Poder Executivo e Judiciário e da implantação e implementação, em todos os municípios brasileiros, dos Conselhos de Direitos e Tutelares.
- Garantir que os Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente viabilizem financeiramente, por meio dos Fundos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, o funcionamento dos Conselhos Tutelares de seus respectivos municípios.
- Garantir que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente promova o repasse financeiro, por meio do Sistema “Fundo a Fundo”, para todas as Organizações e Instituições públicas ou privadas, que atendam crianças e adolescentes em todo o território nacional.
- Fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio, apenas, de repasses financeiros, oriundos de programas sociais e de renúncia fiscal, aos órgãos do Poder Executivo para implantação e implementação, em todos os municípios brasileiros, dos Conselhos de Direitos e Tutelares.
- Fortalecer e garantir, por meio do apoio técnico e/ou financeiro dos órgãos do Poder Executivo e Judiciário a implantação e implementação, nos municípios brasileiros acima de 50 (cinquenta) mil habitantes, dos Conselhos de Direitos e Tutelares.

QUESTÃO 32

De acordo com o § 2º do artigo 24-C da Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – é correto afirmar:

- Os adolescentes menores de 14 anos, em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos ao Posto de Atendimento ao Trabalhador, para regularização de sua situação.
- As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e serem imediatamente encaminhados a Vara da Infância e Juventude, para procedimento de inclusão em Sistema de Acolhimento Institucional, com a devida identificação das situações de trabalho infantil.
- As crianças em situação de trabalho deverão ser identificadas e encaminhadas para o Conselho Tutelar, com a devida identificação das situações de trabalho infantil e abandono de incapaz.
- As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.
- As crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil e vulnerabilidade social. No caso de reincidência, deverá o Poder Judiciário providenciar

a retirada provisória da criança ou adolescente do Convívio Familiar.

QUESTÃO 33

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei nº 8742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011, instituiu o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. O Serviço do PAIF deverá ser atendido por qual unidade do órgão público de Assistência Social do município?

- a) CENTRO POP
- b) CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- c) CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social
- d) FSS – Fundo Social de Solidariedade
- e) UBS – Unidade Básica Social

QUESTÃO 34

As ações ofertadas no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, têm por objetivo:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o Estado.
- b) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.
- c) a proteção à família, à criança e à velhice e, como base de organização, o território e adjacências.
- d) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o CREAS.
- e) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o Poder Executivo.

QUESTÃO 35

Os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, são consideradas instâncias deliberativas do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Ainda, sobre os Conselhos, é correto afirmar:

- a) são de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil;
- b) são de caráter provisório e composição paritária entre governo e sociedade civil;
- c) são de caráter permanente e composição tripartite entre governo e sociedade civil e Ministério Público;
- d) são de caráter provisório e composição paritária entre governo e sociedade civil, com alteração por ocasião da eleição do Poder Executivo;
- e) são de caráter permanente e composição paritária entre Ministério Público e governo.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 36

Entre as ações de Promoção e Desenvolvimento Social no âmbito do município de São José dos Campos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) As ações do Município relativas à promoção social serão organizadas e elaboradas por meio de programas e projetos específicos com base na participação da comunidade, integrando-se às ações dos órgãos públicos e entidades ligadas à área.
- b) As atividades relacionadas com a promoção social serão executadas pelo Município em parceria com as entidades sociais particulares, sempre com o acompanhamento do

Conselho Municipal de Promoção Social, que terá assegurado o direito à participação no processo de tomada de decisão.

- c) A política social do Município pressupõe programas com caráter emergencial e compensatório, visando aos seguimentos mais pauperizados da população, em consonância à demanda do Município.
- d) Fica permitida a distribuição de recursos públicos na área de promoção social, diretamente por ocupantes de cargos eletivos.
- e) O Município poderá atender indiretamente à população de baixa renda através de subvenções e convênios com entidades sociais que prestem serviços gratuitos, com rigoroso controle do uso da verba pública, além da supervisão e fiscalização dos seus trabalhos.

QUESTÃO 37

A Lei Orgânica do Município de São José dos Campos criou o Conselho Municipal de Promoção Social. Este Conselho possui as seguintes funções:

- I – Coordenação
- II - Expedição
- III – Fiscalização
- IV – Deliberação
- V – Execução

Das afirmações acima, é correto o contido em:

- a) I, II, III e IV apenas
- b) II, III, IV e V apenas
- c) II, III e IV apenas
- d) I, III e IV apenas
- e) I, II, III, IV e V

QUESTÃO 38

Sobre a FAMÍLIA, segundo a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Cabe ao Município assegurar à família o direito de uma vida digna, garantindo-lhe condições favoráveis de saúde, cultura, lazer e saneamento.
- b) Cabe ao Poder Público criar programas de prevenção, imunização da rubéola, orientação e assistência social junto à família, maternidade e infância.
- c) O Poder Público promoverá, em parceria com outros órgãos não governamentais, programas especiais visando à paternidade responsável.
- d) Cabe ao Poder Público promover programas educacionais voltados para a promoção e assistência das famílias, especialmente as de baixa renda, em parceria com outros órgãos não governamentais.
- e) O Poder Público garantirá a Renda Mínima Joseense às famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social, devidamente inscritas no CADÚnico Municipal.

QUESTÃO 39

Leia atentamente as afirmações abaixo e aplique V para a afirmação Verdadeira, ou F para afirmação Falsa:

- A Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, diz que cabe ao Poder Público incentivar o convívio da criança e do adolescente junto à família. ()
- A Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, diz que cabe ao Poder Público garantir assistência promocional às crianças e adolescentes cujos pais não reúnam condições para sua

manutenção, através de ações próprias ou de convênios com entidades sociais particulares, empresas e fundações. ()

- A Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, diz que cabe ao Poder Público criar e executar programa de atendimento à criança com defasagem intelectual e de baixa renda, que será definido em lei, em conjunto com entidades sociais e demais segmentos particulares e comunitários, bem como de prevenção e orientação contra drogas e álcool, encaminhando as denúncias na realização de atendimentos especializados às crianças e adolescentes. ()
- A Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, diz que cabe ao Poder Público criar creches especiais para atender crianças portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, garantindo ações integradas com entidades sociais particulares especializadas. ()

Assinale a alternativa que corresponde a sequência correta de cima para baixo:

- a) F – V – V – V
- b) V – F – V – V
- c) V – V – F – V
- d) V – V – V – F
- e) V – V – V – V

QUESTÃO 40

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – de São José dos Campos, considera-se:

- a) Órgão consultivo da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b) Órgão deliberativo e controlador da política do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- c) Órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- d) Órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania;
- e) Órgão consultivo e executor da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

QUESTÃO 41

Sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos, está correto afirmar:

- a) É composto por 12 (doze) membros titulares, sendo 06 (seis) membros do Poder Público e 06 (seis) membros da Sociedade Civil.
- b) É composto por 12 (doze) membros titulares, sendo 04 (quatro) membros do Poder Público, 04 (quatro) membros da Sociedade Civil e 04 (quatro) membros do Sistema Judiciário.
- c) É composto por 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) membros da Sociedade Civil, 04 (quatro) membros do Poder Público e 02 (dois) membros do Conselho Tutelar.
- d) É composto por 12 (doze) membros devidamente nomeados e indicados pelo Poder Executivo.
- e) É composto por 12 (doze) membros eleitos pela sociedade em fórum especialmente designado para esta finalidade.

QUESTÃO 42

Não compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos:

- a) Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;
- b) Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
- c) Opinar sobre a destinação de recursos públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;
- d) Executar as medidas de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco, bem como traçar a política de subvenções a ser seguida pelo Município;
- e) Acompanhar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMDICAD, exercida pela Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente “Prof. Hélio Augusto de Souza” - FUNDHAS, por intermédio do repasse de verbas para os programas desenvolvidos por entidades governamentais e não-governamentais, mediante a celebração de convênios a serem firmados entre o Gestor do respectivo Fundo e a entidade beneficiada, após prévia aprovação do projeto no referido Conselho.

QUESTÃO 43

No município de Terra Encantada, está disposto o Edital para a inscrição aos interessados em concorrerem a uma vaga para Conselheiro Tutelar. Os interessados têm até às 17h00 da última sexta-feira do mês para se cadastrar. Aqueles que preencherem os requisitos podem se dirigir a Secretaria da Assistência Social da Prefeitura, para realizar sua inscrição.

Assinale a única alternativa que **NÃO** está correta:

- a) O candidato deve ter reconhecida idoneidade moral.
- b) São impedidos de servir no mesmo Conselho, ascendentes e descendentes.
- c) São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher.
- d) O candidato deve residir no município ou em município limítrofe.
- e) O ECA exige idade superior a vinte e um anos para os candidatos a conselheiros.

QUESTÃO 44

O município de São José dos Campos possui dois Conselhos Tutelares para atender toda a demanda do município. Desta forma, a quantidade de Conselheiros Tutelares em São José dos Campos é formada por:

- a) 20 (vinte) membros titulares;
- b) 15 (quinze) membros titulares;
- c) 08 (oito) membros titulares;
- d) 10 (dez) membros titulares;
- e) Quantos membros forem necessários, por território, de acordo com a demanda.

QUESTÃO 45

De acordo com o artigo 60 da Lei Municipal nº 6428/2003, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- I – pela administração pública a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- II – pela equipe técnica do Ministério Público a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- III – pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente – CMDCA – a pedido de quem tenha legítimo interesse.

IV – pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

É correto afirmar o contido em:

- a) I, II, III;
- b) II, III, IV;
- c) II Apenas;
- d) III Apenas;
- e) IV Apenas.

QUESTÃO 46

O artigo 25 da Lei Municipal 6428/2003, determina que o exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituirá:

- a) Serviço público relevante, não sendo remunerado.
- b) Serviço público voluntário, não sendo remunerado.
- c) Serviço público eletivo, sendo remunerado de acordo com subsídio vigente.
- d) Serviço público relevante, sendo remunerado por trabalho prestado.
- e) Serviço público primordial, sendo remunerado de acordo com subsídio vigente.

QUESTÃO 47

Considerando o princípio da igualdade, de que trata o caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, são garantias constitucionais aos brasileiros e estrangeiros residentes no País as inviolabilidades do direito, EXCETO:

- a) à vida;
- b) à liberdade;
- c) à propriedade;
- d) à segurança;
- e) à saúde.

QUESTÃO 48

A Constituição Federal desconsidera a pena de morte em território brasileiro, salvo:

- a) em caso de tráfico internacional de drogas;
- b) em caso de quebra de sigilo sobre informações confidenciais internacionais;
- c) em caso de espionagem internacional
- d) em caso de guerra declarada;
- e) em caso de crime hediondo.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa correta:

- a) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos até a idade escolar;
- b) as presidiárias terão suas penas suspensas para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
- c) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
- d) as presidiárias terão suas penas convertidas em prisão domiciliar para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;
- e) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos se assim desejarem.

QUESTÃO 50

Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais dispostos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) é garantido o direito de herança apenas aos familiares ascendentes e/ou descendentes;
- b) a lei penal não retroagirá para beneficiar o réu;
- c) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que respeitada a censura ou licença;

d) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

e) não será concedida extradição de estrangeiro, exceto por crime político.